

INSTITUTO

 SOCIOAMBIENTAL
 Documentação
 Fonte: veja
 Data: 4/13/88 Pg 32-37
 Class. 17



O plenário na quinta-feira: a nacionalização das jazidas por 343 votos a 126



Covas: na liderança dos acordos

Brasil

Vitória do cartório

CEDI - P.L.B.
 DATA 03/05/88
 COD. _____

*Na Constituinte, a esquerda derrotada
 o Centrão, aprova medidas contra a livre iniciativa
 e faz uma festa nacionalista*

“Vão negociar com os raios que os partam!”, disse o deputado José Lourenço, líder do PFL e do Centrão na Constituinte, na segunda-feira, dando fim às negociações com a liderança do PMDB em torno do capítulo de Ordem Econômica da nova Carta. Vinte e quatro horas mais tarde, um raio caiu na cabeça de José Lourenço. O projeto do Centrão para o capítulo da Constituição que irá regular as grandes linhas para a organização da economia do país foi batido por 279 votos contra 210. Começara a primeira grande derrota do Centrão. Na noite de quinta-feira, houve festa para as esquerdas no plenário de Brasília. Ao final das votações daquele dia, a deputada Benedita da Silva, do PT do Rio de Janeiro, correu ao mi-

crofone para cantar o *Hino Nacional*. Nas proximidades, um grupo de deputados começou a fazer um coro: “Brasil, Brasil”. Empunhando um mapa de 16 metros quadrados, confeccionado pela Associação Nacional dos Geólogos e que mostrava as riquezas minerais do país, cinquenta parlamentares improvisaram uma cerimônia típica dos estádios de futebol — deram a volta olímpica pelo plenário.

Numa jornada que começou com um

raio na cabeça do Centrão e terminou com um carnaval contra o capital estrangeiro, a Constituinte aprovou, na semana passada, uma fatia de doze artigos da Ordem Econômica — quando o debate a respeito da matéria terminou, nos próximos dias, o capítulo inteiro deve chegar a três dezenas. Pela negociação entre as lideranças, foram aprovados onze artigos no sistema de consenso, que garantiu, a cada proposta, o respaldo de mais de 60% dos votos em plenário — no mínimo. Por esse caminho, a Constituinte cuidou dos pequenos, aprovando uma proteção às microempresas, que terão direito a uma situação jurídica peculiar, cujo alcance será detalhado, mais tarde, em legislação ordinária. Também foi aprovada uma proposição favorável



Cabral: exemplos



Sarney Filho: surpresa



Passarinho: “Retração”



O plenário na terça-feira: o Centrão derrotado por 279 votos a 210

aos 350 000 garimpeiros que batalham pelo ouro e outros metais preciosos em todo o país — uma legislação que incentiva a formação de cooperativas. A Constituinte ainda decidiu proibir os contratos de risco para exploração de petróleo, deu ao Congresso Nacional poderes para controlar a criação das empresas estatais e ainda estabeleceu um amplo conceito de empresa brasileira, no qual estão enquadrados todos os investimentos com sede no país (veja o quadro).

“RADICALMENTE CONTRA” — Pelo sistema de voto por cabeça, a Constituinte aprovou, por 343 a 126, seu ponto mais polêmico, o parágrafo segundo do artigo que leva o número 205 e que, em doze linhas, estabelece a nacionalização das atividades de mineração no Brasil. Pela legislação em vigor, qualquer empresa, de capital nacional ou estrangeiro, desde que licenciada, pode pesquisar, lavar e explorar minérios no país — a única exceção é o material considerado estratégico, como o petróleo e o urânio. Com as novas regras, a Constituinte planeja promover uma mudança de peso na situação de boa parte das 470 empresas estrangeiras que atuam no país. Para aquelas que estão associadas a investimentos nacionais, como parceiros minoritários, não haverá mudança. No caso das outras, que fazem seus investimentos por conta própria ou na companhia de sócios brasileiros em situação de minoria, o quadro se inverte. Terão o prazo de cinco anos para se adaptar à nova situação — caso contrário, serão obrigadas a abandonar suas atividades no país.

Na sexta-feira, depois da volta olímpi-

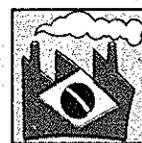
ca no plenário de Brasília, circulou, entre os empresários do país, o temor de que a Constituinte fizera uma espécie de opção definitiva pelo desastre. “Desse jeito, vamos ficar iguais ao Peru, onde essas medidas acabaram com a competitividade daquele país no mercado internacional”, afirma Ciro Cunha Melo, presidente do grupo Samitre, especializado na mineração de ferro, em Minas Gerais. “Sou radicalmente contra”, chegou a dizer o empresário Olavo Monteiro de Carvalho do grupo Monteiro Aranha, sócio da British Petroleum na exploração da jazida de ouro Santa Marta, no Mato Grosso. “Dentro de cinco anos, o país poderá amargar um prejuízo de até 6 bilhões de dólares”, acrescenta Olavo.

“A consequência vai ser a retração imediata de todo e qualquer capital estrangeiro”, disse o senador Jarbas Passarinho, um dos halterofilistas na mobilização pela proibição dos contratos de risco — mas adversário, em plenário, da nacionalização da mineração. Encerrada a festa de Brasília, contudo, firmava-se a impressão oposta — a de que a plataforma econômica da Constituinte, recebida como um vendaval, conseguira produzir, na realidade, um fenômeno conhecido como tempestade em copo d’água. “Essa decisão não tem importância imediata alguma”, afirma o empresário Robert Broughton, presidente da Shell do Brasil, uma das dez maiores no campo da mineração. “A médio prazo, porém, pode prejudicar o setor de pesquisas, que não desperta o apetite do empresário nacional, além de passar uma mensagem negativa sobre a receptividade do capital estrangeiro no Brasil”, acrescenta

A Constituinte decidiu

Na semana passada, a Constituinte aprovou doze artigos da Ordem Econômica. Abaixo, as novidades:

■ **Empresa brasileira** — Ganham essa classificação os estabelecimentos com sede no país, o que vale para a Ford e a IBM, por exemplo. A Constituinte reconhece, também, a



existência de empresas brasileiras de capital nacional, que são aquelas cujo controle acionário está nas mãos de pessoas que têm re-

sidência fixa no país. Nem a Ford nem a IBM estão nesse caso, mas a cadeia de lojas Dillard’s, por exemplo, que tem a Vendex, holandesa, como sócia minoritária, enquadra-se nesse segundo tipo de investimento. Essas empresas poderão receber, no futuro, incentivos e auxílios oficiais e até mesmo participar de reservas de mercado em áreas específicas — caso tais medidas sejam fixadas em lei, pelo Congresso.

■ **Controle sobre empresas estatais** — O governo não poderá criar novas empresas estatais sem autorização do Congresso. Também precisará dessa aprovação para dar subsídios e incentivos que não são recebidos pela iniciativa privada.



■ **Fim dos contratos de risco** — A Constituição proíbe a concessão de novas áreas de exploração de petróleo a empresas estrangeiras. Os contratos atuais serão honrados.

■ **Nacionalização da mineração** — Pela legislação atual, a pesquisa mineral é livre, a não ser no caso de material estratégico como petróleo e urânio. Pela nova lei, a pesquisa, a lavra e a exploração do subsolo só poderão ser realizadas pelas empresas brasileiras de capital nacional. A elas poderá associar-se o capital estrangeiro, como sócio minoritário. As empresas que atualmente não obedecem a essas normas têm o prazo de cinco anos para adaptar-se.

Broughton, adversário ferrenho da decisão no campo conceitual, porém analista frio do alcance de suas conseqüências.

“UM CHUVISCO” — Outra pessoa que, como Robert Broughton, discorda, a nível teórico, do conjunto de medidas aprovadas também encara a carta econômica da Constituinte pelo seu aspecto prático. “Previram uma tormenta e saiu um chuveiro”, afirma o deputado Antônio Delfim Netto. “Criou-se uma legislação facilmente iludível e mais um cartório para a primeira classe da Varig”, acrescenta. Armou-se um espetáculo ao longo da votação da plataforma econômica. Um desses elementos foi o *Hino Nacional* puxado por Benedita da Silva, o outro, a volta olímpica com o mapa das riquezas mineiras na mão — como uma espécie de bandeira. Graças a tais recursos, pode-se

iniciativa preservou-se quando se aprovou o conceito de empresa brasileira, amplo o suficiente para envolver, numa legislação comum, empreendimentos como a IBM e a Ford, de capital estrangeiro, e grupos como o Votorantim e o Bradesco, cujos controles acionários pertencem a brasileiros. É verdade que a Constituinte criou uma distinção entre uma empresa e outra, em se tratando de uma matéria específica — a proteção do governo, através de medidas, como incentivos fiscais, subsídios e até mesmo a reserva de mercado. Nesse caso, poderão ser criados, pelo Congresso, benefícios às empresas nacionais. A Constituinte não proibiu, porém, que, sob determinadas condições, parte desses benefícios possa ser assegurada ao capital estrangeiro, como aconteceu no passado, quando o presidente Juscelino Kubits-

dos. Da mesma forma, nenhuma empresa estrangeira perdeu dinheiro com a votação de quinta-feira. O que aconteceu, na prática, foi uma outra coisa.

Ao votar os direitos sociais, a Constituinte fez um esforço para acertar o passo do país com uma tendência internacional — no mundo inteiro, os assalariados tendem a obter melhorias em seu padrão de vida. Na área econômica, onde ocorre um movimento simultâneo pela liberalização dos investimentos, promoveu-se uma ação no sentido oposto. A Constituinte não aprovou nenhuma medida favorável aos investimentos estrangeiros. Em alguns casos, tudo fica como está. Em outros, contudo, armou-se um freio aos empreendimentos externos. “Temos a única Constituinte do mundo que expressamente subsidia milionários ineptos e não dá qualquer incentivo ao trabalha-



LUIS MARQUES AG. FOTHAS

LUIS MARQUES AG. FOTHAS

José Lourenço e Paulo Ramos: durante a troca de insultos, o líder do PFL avança sobre o deputado esquerdista...

ficar com a impressão de que ocorreu, em Brasília, um movimento que expressa um sentimento verdadeiro, que tem apoio entre largas camadas da população, o nacionalismo. Nesse caso, os doze artigos aprovados representariam uma batalha vitoriosa contra seus adversários — aquele inimigo que, segundo os manuais políticos da esquerda, atende pelo nome de imperialismo.

Na realidade, contudo, o centro do conflito na área econômica reside em outro ponto — trata-se da guerra entre o regime de cartórios contra uma economia aberta. O cartório perdeu, por exemplo, quando um pacto de lideranças jogou para a lata do lixo a maior obra-prima da xenofobia constituinte da década, aquele artigo que propunha a nacionalização dos postos de gasolina, que nem chegou a ser apresentado para votação. A livre

chek implantou a indústria automobilística — um bem-sucedido investimento financiado pelo dinheiro público.

AÇÃO OPOSTA — A espinha dorsal da questão, contudo, não se concentra aí. É possível que, no futuro, a iniciativa privada se envolva num projeto capaz de fazer um setor da economia do país alcançar o pelotão dos países desenvolvidos — nesse caso, o auxílio do governo pode se tornar indispensável. O problema da carta econômica aprovada, porém, está em outras camadas geológicas. Apesar das comemorações esquerdistas, nenhum brasileiro melhorou de vida com as decisões da semana passada — ao contrário do que havia ocorrido, por exemplo, na votação dos direitos sociais, quando, entre outros benefícios, as férias passaram a valer 33% a mais no bolso dos assalaria-

dor competente e pobre”, afirma o professor Mário Henrique Simonsen.

Nesse campo, o subsolo da votação sobre a mineração chega a ser um caso exemplar. Com exceção, talvez, das tribos indígenas, todas as pessoas que passaram pelo Brasil nos últimos 500 anos ficaram, pelo menos uma vez, fascinadas pelo seu ouro — o real e o imaginário. O problema do ouro, no caso, é que raras vezes pode ser encontrado quase ao alcance da mão, como ocorre, por exemplo, em Serra Pelada. A cada dia que passa, descobrir uma mina de ouro é menos uma questão de sorte e de esforço muscular — e mais um problema que envolve pesquisa e tecnologia. Por exemplo: sabe-se hoje que, dentro de cada milhão de litros de água do mar, estão guardadas porções que variam de 1 a 60 gramas de ouro. Até hoje, contudo, nin-

guém se preocupou em garimpar a Costa Atlântica, por exemplo, por uma razão bastante simples: é mais barato abrir um crediário numa joalheria. Entretanto, no dia em que houver uma tecnologia capaz de tornar o ouro do mar rentável, irá ocorrer a mesma coisa que ocorre em Serra Pelada — ali haverá uma mina de dinheiro.

A dificuldade do sistema de cartório reside aí. Boa parte das grandes minas em funcionamento no país necessita de auxílio de empresas estrangeiras numa fase crucial de seus trabalhos, a das pesquisas, e também na etapa seguinte, a da tecnologia para purificar o minério. É o que ocorre, por exemplo, na sociedade entre o Grupo Monteiro Aranha, o empresário Roberto Marinho e a multinacional British Petroleum, que exploram, em conjunto, a Mineração Santa Marta, no



...armado com o microfone

Mato Grosso. Por sua própria tecnologia, quando querem ouro, tanto Roberto Marinho como Olavo Monteiro de Carvalho só podem tomar a providência de quem irá garimpar minério na praia de Ipanema — entrar numa joalheria. Em sociedade com a British, que dispõe de uma concessão para explorar uma área de 190 000 quilômetros quadrados no país, equivalente à do Estado do Paraná, a situação é diferente. “Se não fosse pela British Petroleum, essa reserva, provavelmente, nem teria sido descoberta”, admite Olavo Monteiro de Carvalho.

“A Constituinte optou por uma linha antiestatizante e nacionalista”, afirma o senador Severo Gomes (PMDB-SP), em cuja cozinha a plataforma econômica começou a ser confeccionada no início de 1987. Uma das versões iniciais, a que acabou sendo aprovada pela Comissão de

Acertos de bastidor

Empresários vão a Brasília para conversar

Nas últimas duas semanas, empresários de todos os calibres desembarcaram no território da Constituinte para defender seus pontos de vista a respeito da economia do país, num momento em que se preparava a votação decisiva e polêmica do capítulo da Ordem Econômica da futura Constituição. Chegou-se depois, na hora da votação, a um resultado que seria saudado por uns e criticado por outros como um casamento de interesse dos constituintes de esquerda com parcelas do empresariado nacional, entre eles donos de mineradoras, hostis à entrada do capital estrangeiro no país.

Na quinta-feira 21 de abril, num almoço na sede da Confederação Nacional do Comércio, em Brasília, que reuniu políticos e empresários, o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos caciques do Centrão, deixou escapar um curioso apelo aos presentes. “O que eu peço é uma mobilização para votar o capítulo da Ordem Econômica”, afirmou ele, um catedrático em mobilizações no Congresso, que, àquela altura, parecia sentir-se enfraquecido e necessi-

tado de ajuda externa. Horas depois, Fiuza juntou com outro grupo de empresários, entre eles Luís Eulálio de Bueno Vidigal, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, representantes da Shell, da Esso e da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, além do fazendeiro Ronaldo Caiado, líder da União Democrática Ruralista — todos eles favoráveis à proposta do Centrão para a Ordem Econômica, na qual o capital estrangeiro recebera tratamento amigável.

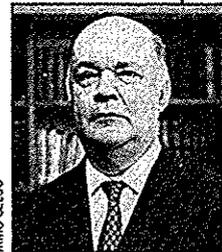
SEM RESPOSTA — Irritado com a disposição dos constituintes, um empresário reclamou dos políticos que, segundo ele, não estavam conseguindo a transição sem traumas. “Os militares foram os maiores estatizantes do país”, rebateu o deputado. “Nós, os

civis, é que temos de encontrar o caminho para sair desse enroscado, sem a ajuda do Urutu”, acrescentou ele. Diante de uma platéia mais silenciosa e menos propensa a acompanhar a emenda do Centrão, Lúcio Assunção, presidente da Associação Comercial de Minas Gerais, fez um apelo semelhante ao de Fiuza num café da manhã, terça-feira passada, com quinze deputados de seu Estado. “Precisamos votar o texto do Centrão”, convidou o anfitrião. Não obteve resposta que o deixasse animado.

Um dos fatos positivos que ocorre em torno da Constituinte é a reunião de empresários com políticos para a discussão de propostas para o país, seja com constituintes de esquerda, seja com os de direita. Nesse processo, tem-se um sintoma de amadurecimento da democracia, até mesmo porque, no Brasil de alguns anos atrás, quando os empresários só se sentavam com a direita, um dos resultados colhidos foi o reforço do arbítrio e dos DOI-Codi. “Quando cada parte tem oportunidade de expor seu problema, pode se obter um texto razoável para todos”, acredita o empresário Octavio Lacombe, do grupo Paranapanema. Na semana passada, em São Paulo, vencida uma etapa crucial no terreno da Constituinte, setores do empresariado já se preparavam para objetivos que estão mais adiante, nas eleições municipais de 15 de novembro. Na última segunda-feira, numa reunião na casa do banqueiro Armando Conde, do Banco de Crédito Nacional, o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo e do Movimento Democrático Urbano, Eduardo da Rocha Azevedo, procurava convencer vinte empresários a participarem de um esforço para eleger prefeitos e vereadores em cidades médias do interior brasileiro. “Esse tipo de movimento dos partidos é que vai manter a democracia”, disse Azevedo.



Azevedo



Lacombe



Maciel, com Gadelha: sucessão no PFL

Sistematização, estava tão recheada de imprevistos que boa parte do PMDB torcia, secretamente, para que o projeto do Centrão não fosse derrubado pela votação em plenário — para essa fatia da legenda, a hipótese de remendar a proposta anterior representava o risco de uma trabalhadora ainda maior. O projeto do Centrão, rejeitado por



A volta olímpica da esquerda, sob o mapa das jazidas: carnaval nacionalista

279 votos, voltou para nova discussão em companhia de um pacote de remendos produzido pelo pacto político entre as lideranças. Se tivesse recebido 280 votos em contrário, sairia de discussão. Logo que a votação terminou, o deputado Theodoro Mendes, do PMDB paulista, olhou para o placar eletrônico e deu uma corrida até o microfone. Ali, ele declarou que se confundira com os botões nos quais cada constituinte marca sua votação, marcando sim para o Centrão, quando, na verdade, queria marcar não. Ao contrário do que já ocorreu em diversas ocasiões, dessa vez o deputado Ulysses Guimarães não tomou conhecimento da queixa — graças a essa medida, foi o documento do Centrão que permaneceu em debate.

“Acima de tudo, o plenário fez questão de

afirmar sua disposição para negociar”, afirma o senador Mário Covas, do PMDB de São Paulo, que arrematou, na semana passada, sua primeira grande vitória na Constituinte desde que foi eleito líder da legenda. “A esquerda tomou conta da situação”, afirma o deputado José Lourenço, que, depois de receber um raio na cabeça na tarde de terça-feira, dois dias mais tarde partiu para cima do deputado Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, para tentar acertar o microfone do plenário na testa do rival. Ramos o chamara de “traidor” porque votou contra a nacionalização da mineração, e Lourenço retrucou dizendo-lhe, aos gritos, “traidor da pátria é você, que recebe dinheiro da Nicarágua e da Albânia para vender a sua consciência alienada e safada”. Antes que atingisse Paulo Ramos,

O capital estrangeiro na mineração

As empresas de fora investem mais no setor

Ao restringir a participação das empresas de capital estrangeiro na exploração de reservas minerais, a Constituinte tocou num problema delicado — e esbarrou numa montanha de investimentos. Hoje, mais de 470 empresas estrangeiras estão no Brasil atuando no setor de mineração e elas investem cerca de 600 milhões de dólares por ano em seus negócios. Na divisão do bolo das áreas explora-

das, a fatia das empresas nacionais é mais generosa — 51% ficam com as empresas privadas nacionais, 20% com empresas estatais e 29% com as estrangeiras. Na contabilidade dos investimentos, no entanto, a balança vira e a participação do capital estrangeiro é proporcionalmente maior que a do capital nacional. É aí que está o problema. O setor de mineração exige investimentos elevados e tecnologia avançada — no caso das em-

presas nacionais, os recursos são limitados e a tecnologia tem que ser importada.

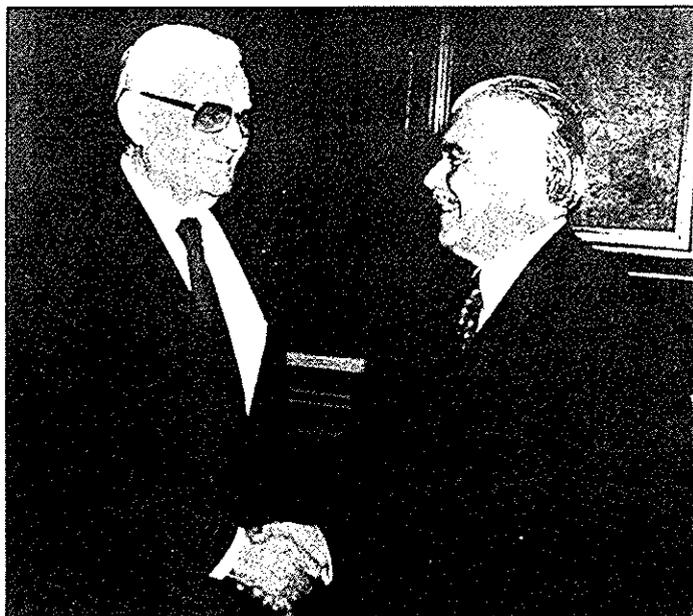
Diante desse quadro de recursos limitados e da necessidade de uma tecnologia mais desenvolvida, a empresa Anglo American, da África do Sul, a maior produtora de ouro do mundo, em 1975, comprou a mina de Morro Velho, em Minas Gerais. Através da Mineração Morro Velho, que tem participação minoritária do grupo Bozzano, Simonsen, a Anglo

investiu no negócio cerca de 200 milhões de dólares e aumentou a produção de ouro de 3 para 7 toneladas anuais. Em Jacobina, na Bahia, a Anglo American, depois de recuperar uma mina abandonada há dois anos porque sua capacidade de produção foi considerada esgotada, agora se prepara para produzir perto de 1,5 tonelada de ouro por ano.

Num outro exemplo das dificuldades encontradas pelas empresas brasileiras, a maior empresa de capital nacional na exploração de ouro, a CMP, possui concessão para a exploração de diversas áreas, mas na verda-

contudo, o deputado Uldurico Pinto interveio — e a briga terminou.

Na disputa entre o cartório e a economia aberta, a Constituinte mostrou, na semana passada, que ali funciona a regra número 1 das democracias, que consiste na capacidade de produzir votações de resultados imprevisíveis. O maior troféu familiar do Centrão, o deputado José Sarney Filho, provocou um susto na bancada apoiando a proposta de nacionalização das jazidas, em companhia de outra voz do coral conservador, como Albérico Filho. “Sinto muito, trai vocês”, disse o titular de outro voto-surpresa, o deputado Jayme Santana (PFL-MA). “Sou nacionalista”, avisou na quinta-feira, depois de votar. Outro moderado, o relator Bernardo Cabral, entrou no embalo e chegou a defender a nacionalização citando artigos de meia dúzia de constituições estrangeiras. Por trás desses votos, manifestaram-se convicções pessoais desconhecidas, mas também a mais espantosa articulação promovida nos bastidores da Constituinte. Grandes empresários, como empreiteiros e mineradores, que costumam comungar, em regime de exclusividade, com as fileiras da direita, abriram as portas para fechar propostas comuns com lideranças esquerdistas. Também foram realizadas caravanas à área militar, e o general Bayma Denis, chefe da Casa Militar da Presidência da República, relatou a um parlamentar que recebeu uma visita do senador Severo Gomes à frente de um grupo de deputados — que foram encontrá-lo para defen-



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Geisel, com o presidente Sarney, em Brasília: mudo

der seus projetos na matéria. Um outro grupo foi até o gabinete do brigadeiro Paulo Roberto Camarinha. Nas duas oportunidades, a conversa limitou-se à formal exposição de idéias — e os parlamentares voltaram à Constituinte do mesmo tamanho que tinham na hora em que tomaram o rumo dos quartéis.

“PERDEU A VIAGEM” — Na semana passada, quando o dia-a-dia econômico do país dava, novamente, um sinal de dificuldades, com uma inflação ultrapassando os 19% ao mês, Brasília viveu outros momentos de surpresa. O menor foi a destituição do senador Carlos Chiarelli da liderança do PFL, substituído por Marcondes Gadelha, num novo golpe que a fatia de pefelistas alinhados com o Planalto desferiu no prestígio de

abalou. “Sinto muito, mas o senhor perdeu a viagem.”

Em Brasília, na semana passada, a Constituinte produziu o capítulo mais conservador de todo o projeto — até agora. É possível que uma parte das decisões, mais tarde, provoque prejuízos que hoje em dia são difíceis de calcular. O que é certo, contudo, é que foi vencida uma etapa difícil, durante a qual chegou a circular a lenda de que ali estava em gestão um projeto socializante — o que não é o caso. O cartório venceu em algumas fatias, perdeu em outras. “Antes, era possível defender a Constituição pelo seu aspecto legal, jurídico”, afirma o vice-governador de São Paulo, Almino Affonso. “A cada dia que passa, contudo, ela se torna defensável pelo seu conteúdo. Pode haver erros, mas há coisas muito boas.” ●



CLAUSTORE CAMPOS

Morro Velho: 7 toneladas de ouro por ano



ROGERIO CARNEIRO

de quem explora suas minas é a empresa japonesa Aoki, dona de uma tecnologia avançada para o setor de mineração. Ao examinar esse cenário, o empresário Robert Broughton, presidente da Shell no Brasil e dono de uma forte presença no setor da mineração, prevê que a médio prazo a pesquisa poderá ser prejudicada no país, já que os empresários brasileiros não têm nem tradição nem o apetite necessário para investir nesse terreno.

Broughton: problemas virão a médio prazo